

AVALIAÇÃO DO PERFIL DO EMPREGO URBANO NO ESTADO DO CEARÁ: 1990 – 2010

*JOSÉ MÁRCIO DOS SANTOS¹
WELLINGTON RIBEIRO JUSTO²*

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento do emprego urbano no Estado do Ceará. A partir da década de 1980 os Estados da Região Nordeste passaram a promover políticas de incentivo como forma de estimular a implementação e a descentralização das atividades econômicas em seus territórios. Diante das recentes modificações surgidas nas economias dos Estados nordestinos faz-se necessário investigar o impacto destes fatores sobre a composição do emprego regional. Os dados usados foram oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A metodologia empregada na pesquisa constituiu-se do modelo diferencial-estrutural. Os resultados obtidos apontam o fortalecimento do setor industrial no Ceará, acompanhado de um crescimento expressivo das atividades comerciais e de serviços. Constatou-se ainda que a administração pública possui um grande poder explicativo para a determinação dos níveis de emprego urbanos locais.

Palavras-chave: Emprego Urbano, Políticas de Incentivos, Economia Regional, Ceará.

Abstract

The objective of this work is to analyze the behavior of urban employment in the state of Ceará. From the 1980s, the states in the Northeast began promoting incentive policies as a way to stimulate the implementation of economic activities in their territories. Given the recent economic changes, social and demographic arisen in the economies of the northeastern states it is necessary to investigate the impact of these factors on the composition of regional employment. The data used were derived from the Annual Social Information (RAIS). The methodology used in the research consisted of the differential-structural model. Results indicate growth of the industrial sector in state of Ceará, a significant growth of trade and services in the state. It was found that public administration hold a great capability for the determination of levels of local urban employment.

Keywords: Urban Employment, Incentive Policies, Regional Economics, Ceará.

JEL: R12; H70

1. Introdução

Durante a primeira metade do século XX, a estrutura produtiva nacional mantinha-se praticamente inalterada; com a concentração e desenvolvimento das atividades industriais na região Sudeste, enquanto o Nordeste apresentava manifestações industriais centradas apenas em poucas grandes empresas. Desta forma, o grosso da economia nordestina ainda estava voltado para a exploração das atividades primárias – especialmente os Estados de Pernambuco e Bahia (GUIMARÃES NETO, 1989). A partir da segunda metade do século passado, o governo federal inicia um ciclo de investimentos na região, visando torná-la mais autônoma e economicamente mais independente. Neste

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri (URCA) E-mail: jmarcio.santos@hotmail.com

² Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Professor Associado da Universidade Regional do Cariri (URCA) E-mail: justowr@yahoo.com.br



contexto, a opção implementada para a região fora a mesma utilizada décadas anteriores no Sudeste: a indução dos investimentos no âmbito produtivo através da participação do Estado; direcionados especialmente para o setor industrial.

Fundamentada nesta nova filosofia para a Região Nordeste, as ações estatais têm se voltado a adotar diversas medidas para o fomento do desenvolvimento local. Dentro desta perspectiva, pode-se enfatizar a criação de alguns órgãos federais destinados a promover o crescimento econômico da região sob as mais diversas frentes, como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)³; o Banco do Nordeste (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). As medidas governamentais derivadas destes órgãos para o desenvolvimento da região Nordeste visam a fornecer (e fortalecer) os mecanismos de crédito e investimento necessários à realização de inversões em atividades economicamente produtivas.

Contudo, a fase de investimentos capitaneados pela União e suas autarquias encontra seu esgotamento a partir do início da década de 1980, com o estrangulamento econômico do Estado advindo da crise da dívida pública. Com o redirecionamento estratégico do Governo Federal às questões de caráter macroeconômico, como o combate à inflação que se incrementaria neste período, a condução das políticas regionais de industrialização e, conseqüentemente, de um novo ciclo de investimentos ao segmento produtivo deveria a partir de então, ser liderado especialmente pelas ações dos governos estaduais – que emergem como agentes financiadores do desenvolvimento. Esta nova postura fora resultado da ascensão de novos grupos políticos, que tratarão a questão industrial como preocupação fundamental.

Estas ações proporcionaram um novo cenário econômico aos estados

nordestinos que passaram a apresentar um expressivo crescimento do produto interno bruto nas principais economias da região. Gomes e Vergolino (1995) atestam que a taxa média anual de crescimento do produto interno bruto das principais economias nordestinas durante o período 1980/90 foi de 5,9% para o Estado do Ceará, 4,3% para o Estado de Pernambuco e 4,7% para o Estado da Bahia.

As alterações na composição do produto interno dos estados nordestinos são acompanhadas pela manifestação de novos setores produtivos. Este crescimento experimentado pelas economias nordestinas trouxe um maior dinamismo à região, fazendo a transição de economia majoritariamente primária para economia com diversificação expressiva nas suas atividades econômicas. Este fenômeno pode ser expresso através dos dados presentes na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Evolução da participação dos setores no PIB nordestino

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços
1965	29,1	23,1	47,8
1990	14,4	28,2	57,4

Fonte: GOMES, VIRGULINO (1995).

Segundo os dados apresentados, os setores industriais e de serviços cresceram em termos de participação e composição do PIB nordestino, em detrimento da agricultura; representado um novo dinamismo à economia da região. Ao reduzir o papel do setor agropecuário na formação do PIB regional, reforçaram-se a presença econômica de setores tradicionalmente urbanos como os principais segmentos concentradores de mão-de-obra no Nordeste.

Assim, a forte presença de políticas de incentivos econômicos concedidas pelas principais economias da

região; dentre as quais, destaca-se a economia cearense, especialmente a partir da década de 1980, que trouxeram resultados macroeconômicos significativos em termos de diversificação produtiva e elevação do produto interno local.

Contudo, a ascensão de novos segmentos produtivos no Estado do Ceará a partir de meados da década de 1980 evidencia também uma alteração na alocação do emprego entre os setores econômicos, caracterizando uma possível modificação no mercado de trabalho estadual. Este fator, somado ao processo de urbanização da população presente nas últimas décadas, evidenciam uma clara tendência de concentração do emprego em atividades urbanas. Desta forma, tais argumentos levantam a hipótese de uma possível reconfiguração espacial e setorial do emprego no Estado do Ceará.

Dentro deste contexto, o presente trabalho se propõe a analisar o comportamento do emprego urbano no Estado do Ceará. Diante das recentes modificações econômicas, sociais e demográficas surgidas na economia pernambucana faz-se necessário investigar o impacto destes fatores sobre a composição do emprego estadual. Neste sentido, o trabalho procura contribuir na representação do cenário do emprego urbano do estado na conjuntura contemporânea.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais quatro partes. Na segunda parte será abordada a expansão econômica do Estado do Ceará sob o contexto das políticas de incentivos locais patrocinadas pelo governo local. Na terceira parte será apresentada a metodologia diferencial-estrutural, empregada na elaboração dos resultados. Na quarta parte serão descritos os resultados obtidos. Por fim, serão feitas as considerações finais acerca do trabalho.

³ Criada inicialmente com o nome de Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

2. A expansão econômica cearense no contexto das políticas de incentivos locais

Durante séculos, a dinâmica econômica da região Nordeste esteve fortemente relacionada às atividades primárias, e com baixo índice de desenvolvimento industrial. A manutenção histórica desta condição, associadas à baixa produtividade, a ocorrência periódicas de momentos de estiagens, a expansão da fronteira na Região Norte, a emigração em direção à Amazônia e a manutenção de precárias relações de produção, incentivou constantes períodos de emigração em direção a outras regiões econômicas – especialmente após o advento da industrialização na região Sudeste e a política de ocupação da Amazônia⁴. Contudo, a tendência de reversão desta situação vem se tornando evidente diante de um ciclo de investimentos na atividade produtiva da região⁵.

Inicialmente, este processo ocorre ainda em meados da década de 1960. Em meio à crise econômica do início dos anos de 1960, órgãos estatais direcionados ao desenvolvimento regional passam a atuar como motores dos investimentos locais. No caso da região Nordeste, esta função foi assumida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que passou a conceder uma série de incentivos para investimentos no segmento produtivo da região Nordeste. Desta forma, assumia-se uma escolha pela industrialização da Região Nordeste como forma de superar as adversidades locais e torná-la desenvolvida; tal qual havia sido feito na Região Sudeste ainda na década de 1930.

A presença do Estado através destes órgãos assumia uma relevância decisiva na determinação dos investimentos neste período, pois estes se apresentariam tanto na forma do gasto público direto, como na forma de gasto privado induzido pelas políticas de estímulo. Em relação a este último ponto, deve-se enfatizar que esta indução passava pela concessão

de benefícios fiscais e também pela seletividade dos setores ou projetos sob os quais seriam realizadas as inversões. Neste contexto, houve a atração de um grande volume de capitais disponíveis oriundos do Sudeste, especialmente o grande capital, que ansiava por oportunidades de inversão que lhes garantisse novamente as condições de reprodução e acumulação que temporariamente não mais se apresentavam nesta região. Como resultado destas ações, tem-se a formação de expressivos pólos industriais na região, destacando-se o pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, o pólo industrial da região metropolitana do Recife, em Pernambuco, e o pólo têxtil na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará.

Estabelecia-se neste momento, o processo de articulação produtiva entre as regiões Sudeste e Nordeste, onde nesta última se desenhava um parque produtivo fundamentado na indústria de transformação e de bens intermediários. Desta forma, o Nordeste supera a escassez de recursos e de tecnologia ao acolher estes investimentos provenientes do capital de outras regiões, conforme enfatiza Celso Furtado:

Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização – e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno face às exigências de tecnologia moderna – no Nordeste são contornadas graças à integração industrial com o Centro-Sul (FURTADO, 1981, p. 122).

Contudo, esta fase de investimentos capitaneados pela União e

suas autarquias encontra seu esgotamento a partir do início da década de 1980, com o estrangulamento econômico do Estado advindo da crise da dívida. Desta forma, a condução da política de industrialização e, conseqüentemente, de um novo ciclo de investimentos ao segmento produtivo deveria a partir de então ser liderado especialmente pelas ações dos governos estaduais – que emergem como agentes empreendedores locais. Nesta nova etapa, a dinâmica econômica regional será vinculada não mais ao desempenho da política federal, mas aos estímulos e benefícios concedidos na esfera estadual⁶. Diante deste contexto, os principais estados da região irão emergir com políticas próprias que fortaleceram suas economias junto ao cenário nacional.

De certa forma, esta nova postura será resultado da ascensão de novos grupos políticos, que tratarão a questão industrial como preocupação fundamental. O Estado do Ceará é o exemplo maior deste evento. Já no final da década de 1970, tem-se o desenvolvimento de estratégias estaduais direcionadas ao crescimento econômico do estado, constituindo o início de uma nova etapa de investimentos locais. Segundo Bandeira e Silva Neta (2008), o segundo governo Távora possuía como diretriz básica a ação do Estado como elementos de atração de investimentos privados, essenciais à realização do Segundo Plano de Metas Governamentais (PLAMEG II). O conceito de execução do PLAMEG II no Ceará teve repercussões nas décadas seguintes, sendo que seus objetivos foram segui-

⁴ Durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas ocorrem os primeiros estímulos em prol da ocupação da região; mas o maior fluxo migratório expressivo ocorre durante o período militar, com a concessão de estímulos para os interessados em produzir na região.

⁵ Ver. Por exemplo, Justo e Silveira Neto (2008) e Justo e Ferreira (2012).

⁶ Aqui se enfatiza a posição central que as políticas estaduais assumem na condução dos investimentos regionais, haja vista que elas tinham um papel secundário em períodos anteriores, pois eram suplantadas pelas iniciativas federais.

dos nos planos dos seus sucessores. Assim, o governo Tasso elege como prioridade obras de infraestrutura em transportes; indústrias de base, o fortalecimento dos pólos têxteis e metalúrgicos e estratégias de incentivos às aglomerações industriais.

A partir de 1987, o Ceará passa a atrair uma série de investimentos industriais através do mecanismo de incentivos fiscais e pela realização de investimentos em infraestrutura. Esta será a característica da política econômica local, que repercutirá nos governos futuros do estado. Além disto, o mesmo promove ajuste estrutural nas finanças públicas, com a reestruturação da máquina administrativa, na redução dos gastos de custeio e na “moralização” das ações do governo do estado, onde fica evidente o interesse público de atrair investimentos (VASCONCELOS, ALMEIDA, SILVA, 1999).

Num primeiro momento, os resultados obtidos induziram a uma elevada concentração de empresas na região metropolitana de Fortaleza, ao se observar que 151 empresas, das 204 empresas atraídas no período de 1991-1994, instalaram-se na citada região metropolitana. Para equacionar este problema, o governo, numa segunda etapa, amplia os incentivos fiscais para as empresas que se fixarem nas regiões fora da área metropolitana, com maiores incentivos para as regiões mais distantes da região metropolitana, de forma a desconcentrar as atividades industriais distribuindo em todo o estado. Este novo plano foi chamado de Fundo de Desenvolvimento Industrial I (FDI 1) e perdurou de 1995 a 2002. Para atingir tal êxito, o mesmo concedia vantagens progressivas à medida que as empresas se instalassem em localidades mais próximas do interior. No ano de 2002, houve uma reformulação do Fundo de Desenvolvimento Industrial, que buscou privilegiar municípios caracterizados como possíveis pólos industriais, como as cidades de Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte, na tentativa de

reforçar o processo de industrialização destes municípios interioranos. No ano seguinte, 2003, a política de incentivos à industrialização passa por mais uma reformulação, na qual se utiliza externalidades positivas como incentivo às indústrias que se instalam no estado. Para isso foi desenvolvido um sistema de pontos que valorizam variáveis indicadoras de investimentos, como volume de investimento, número de empregos gerados, dentre outras (PONTES, VIANNA; HOLANDA, 2006).

Em termos gerais, observou-se que as empresas instaladas no interior eram mais intensivas em mão-de-obra do que as instaladas na região metropolitana de Fortaleza, fazendo com que o interior apresentasse um volume menor de investimento, mas com uma maior geração de empregos. Desta forma, embora houvesse os incentivos fiscais para a expansão das atividades produtivas no interior do estado, evidencia-se que os grandes investimentos, sobretudo aqueles de maior capital e de base técnica/tecnologia, continuaram instalados – ou se instalando – na Região Metropolitana de Fortaleza, especialmente em função da construção do Porto do Pecém.

A análise das políticas patrocinadas pelas iniciativas estatais exemplifica, de forma geral, a nova conjuntura de incentivos e benefícios advindos do governo estadual como forma de promover a dinamização e ampliação de sua capacidade produtiva e econômica, superando assim, os entraves estruturais que permitiam a saída constante de nordestinos em direção às regiões economicamente mais dinâmicas.

A partir da iniciativa cearense, que acabou por se tornar exemplo de políticas públicas de estímulos ao longo das décadas de 1980 e 1990, demais estados nordestinos empreendem ações próprias de fomento as atividades produtivas, na tentativa de retomar o ciclo de investimentos locais, que fora ofuscado pelos resultados obtidos pelo Estado do Ceará.

Tais iniciativas estaduais surgidas posteriormente à implementação das políticas cearenses acabaram por dar origem a uma disputa contemporânea pelos investimentos de grande magnitude, como a recém-disputa ocorrida pela instalação da refinaria na Região Nordeste. Isto denota o impacto que a política de estímulos iniciada pelo governo cearense teve no sentido de promover estímulos ao desenvolvimento do estado, de forma que seu êxito acabaria por motivar os demais estados nordestinos a promoverem a mesma atitude.

3. Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada no estudo da análise do comportamento do emprego nordestino constitui na análise diferencial-estrutural, também denominada de *shift-share*. Este método permite uma análise descritiva capaz de decompor o crescimento agregado em elementos estruturais e sub-elementos dentro dos setores pesquisados. O uso desta técnica justifica-se pela sua adequação para avaliação comparativa dos setores analisados. Como instrumento de análise regional, o método objetiva a análise dos elementos locais, partindo do princípio de que tais elementos possuem distribuição diferenciada sobre o espaço.

Segundo Haddad (1989), o método diferencial estrutural descreve o crescimento econômico em uma dada localidade ou região através do comportamento dos elementos da sua estrutura produtiva, na forma de um padrão. No presente trabalho, a variável básica a ser analisada será o emprego, expresso na forma de número de empregados. Desta forma, será analisado a variação e o deslocamento do número de empregados entre os períodos e setores estudados, dentro das regiões avaliadas.

Segundo a metodologia proposta por Haddad (1989), o método de análise diferencial-estrutural mensura o crescimento do emprego regional entre dois períodos de tempo, divi-

dindo este resultado em três componentes básicos: a variação regional, a variação proporcional e a variação diferencial. Assim, assumindo i para o setor produtivo pesquisado e j para a área ou região analisada, tem-se resumir que:

$$\sum_i^{P2} E_{ij} - \sum_i^{P1} E_{ij} = VR + VE + VD$$

A **variação regional do emprego** em determinada localidade j é igual ao acréscimo de emprego que teria ocorrido se esta região crescesse à taxa de crescimento total da região de referência no mesmo período. Desta forma, a variação regional indica a diferença entre o valor real do número de empregados entre o período 1 e o período 2. Quando seu valor for positivo, significa que houve um aumento relativo do número de empregados em face da ocupação nacional. Assim, valores positivos demonstram ganhos e expansões nos desdobramentos do número de empregados, indicando crescimento desse setor. Ao contrário, quando o valor for negativo, representa uma perda de posição relativa.

$$VR = \sum_i^{P1} E_{ij} \left(\left[\frac{\sum_i^{P2} \sum_j E_{ij}}{\sum_i^{P1} \sum_j E_{ij}} \right] - 1 \right)$$

A **variação estrutural** (ou proporcional) representa o montante adicional (positivo ou negativo) de emprego que uma região poderá obter como resultante de sua composição por setor expressa pela participação relativa de setores dinâmicos e de setores mais lentos, sendo positiva se a região especializou-se em setores da economia com altas taxas de crescimento. Desta forma, a variação estrutural reflete a composição regional da ocupação, concentrada em setores economicamente dinâmicos. Analiticamente, valores positivos deste

indicador demonstram uma concentração do número de empregados da região em setores de alto dinamismo, enquanto valores negativos indicam uma economia baseada em setores com baixo dinamismo.

$$VE = \sum_i^{P1} E_{ij} \left(\left[\frac{\sum_j^{P2} E_{ij}}{\sum_j^{P1} E_{ij}} \right] - \left[\frac{\sum_i^{P2} \sum_j E_{ij}}{\sum_i^{P1} \sum_j E_{ij}} \right] \right)$$

A **variação diferencial** indica o montante positivo (ou negativo) de emprego que a região j conseguirá porque a taxa de crescimento do emprego, em determinados setores, foi maior ou menor nesta região do que na região de referência. Esta variação reflete o dinamismo que cada setor possui dentro da região, partindo da verificação de que existem setores que se expandem mais rapidamente que a média agregada do setor. Números positivos deste indicador sinalizam os setores mais especializados de cada região, enquanto valores negativos demonstram baixo grau de especialização ou maior diversificação. Essa especialização é explicada pela existência de economias de aglomeração de cada região, resultante de um conjunto de elementos que favorecem o crescimento regional do setor analisado.

$$VD = \sum_i^{P1} E_{ij} \left(\left[\frac{E_{ij}^{P2}}{E_{ij}^{P1}} \right] - \left[\frac{\sum_j^{P2} E_{ij}}{\sum_j^{P1} E_{ij}} \right] \right)$$

Os efeitos sobre o crescimento efetivo do em cada região, caracterizados pelas modificações no padrão de comportamento/alocação do emprego, são decorrentes dos efeitos da variação diferencial e da variação estrutural. A soma destes dois efeitos, em conjunto com a participação regional do emprego de cada setor, mostra o crescimento real do emprego na região, ou simplesmente:

$$G = R + Ed + Ee$$

Onde:

G = Crescimento regional

R = Participação Regional

Ed = Efeito Diferencial

Ee = Efeito estrutural

Em relação à base de dados utilizada, os dados sobre o número de empregados foram obtidos coletados no banco de dados *on-line* do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo oriundos de forma específica da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Seguindo a classificação setorial de atividades do IBGE, foram selecionados os dados provenientes dos quatro maiores setores empregadores relacionados à atividades urbanas, sendo eles: indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública. Além disto, a escolha destes setores justifica-se por seu dinamismo contemporâneo, reflexo de constantes variações, e a importância que possuem como concentradores potenciais de mão-de-obra. Como períodos-base de análise foram escolhidos os anos de 1990, 2000 e 2010, onde será feita uma análise interperíodos compreendendo os intervalos de 1990-2000; 2000-2010 e 1990-2010; como forma de identificar padrões de comportamento entre as décadas estudadas.

4. Análise dos resultados obtidos

O trabalho se propôs a analisar o comportamento do emprego urbano na Região Nordeste, e especificamente, nos três maiores estados da região: Bahia, Pernambuco e Ceará. A análise particularizada destes Estados explica-se pela sua importância em termos econômicos. Isto pode ser ratificada através da análise da tabela 2 disposta a seguir, que mostra os valores do produto interno bruto dos Estados nordestinos no ano de 2009.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto estadual e da Região Nordeste em 2009

Estado	PIB*	Participação relativa
Alagoas	10.254.662,95	5%
Bahia	66.195.329,19	31%
Ceará	31.729.290,60	15%
Maranhão	19.246.396,33	9%
Paraíba	13.868.624,08	7%
Pernambuco	37.874.157,56	18%
Piauí	9.191.147,57	4%
Rio Grande do Norte	13.475.720,21	6%
Sergipe	9.545.822,06	5%
TOTAL	211.381.150,55	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA.

Nota: *Valores expressos em milhares a preços constantes de 2000.

Na Tabela 2 pode-se observar que os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, representam as três maiores economias da Região Nordeste, com valores do produto interno bruto de R\$ 66,1 bilhões, R\$ 37,8 bilhões e 31,7 bilhões, respectivamente. Desta forma, estudar estes estados é uma forma resumida de analisar a dinâmica regional, haja vista sua importância na composição do PIB regional, como pode ser visto na participação relativa de cada estado na composição do PIB nordestino. Conforme o observado na tabela 2, Bahia, Pernambuco e Ceará têm as maiores participações na composição do PIB da Região Nordeste. Consta-se que o somatório do PIB dos três estados perfaz um percentual de 64% do PIB nordestino, valor extremamente representativo ao considerar que os demais 36% são expressos pela economia dos outros seis estados.

Em relação aos setores analisados, constatou-se um peso expressivo das atividades urbanas na composição da mão-de-obra destes estados, conforme pode ser visto na tabela 3. Os dados mostram que o Estado do Ceará apresentou um aumento dos setores industrial, comercial e de serviços na participação do emprego total no período 1990-2000, exceção ao setor da administração pública, que teve redução neste intervalo. Entre 2000 e 2010, os setores de comércio e serviços ampliam sua participação setorial na composição do emprego cearense, contrabalanceados pela redução das atividades ligadas à administração pública e a indústria – que mesmo sendo leves são registradas. Apesar da redução da participação da indústria, a série mostra a expansão do emprego no conjunto total destas atividades, saindo de 88,24% do volume de empregos, em 1990, para 91,82%, em 2010; representando a maior concentração de emprego nestas atividades entre os três Estados analisados.

Tabela 3 – Participação percentual dos setores produtivos na composição da mão-de-obra estadual

		Indústria de Transformação (%)	Comércio (%)	Serviços (%)	Administração Pública (%)	Somatório dos setores (%)
1990	CE	17,63	11,61	23,81	35,19	88,24
	PE	25,70	12,00	25,48	24,45	87,63
	BA	11,21	14,11	29,24	29,58	84,14
2000	CE	20,77	13,49	27,75	31,12	93,13
	PE	14,61	14,32	28,24	31,30	88,47
	BA	8,96	16,58	31,29	31,54	88,37
2010	CE	18,95	15,80	27,83	29,24	91,82
	PE	14,13	17,22	30,28	25,76	87,39
	BA	10,49	18,14	30,07	28,60	87,30

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

O Estado de Pernambuco obteve um comportamento distinto em termos de participação dos setores. O setor industrial reduz de forma expressiva sua participação, saindo de 25,7%, em 1990, para 14,13%, em 2010 – a maior contração de toda a série. Entre 1990 e 2010, os setores de comércio e serviços têm crescimento significativo, praticamente compensado as perdas da indústria. Isto porque o segmento da administração pública amplia sua participação do período 1990-2000, indo de 24,45% para 31,30%, mas decai em período seguinte, indo para 25,75%; praticamente anulando os acréscimos obtidos anteriormente. Desta forma, o somatório do emprego nestas atividades no estado pernambucano mantém praticamente estável ao final da série 1990-2010, na faixa de 87%, manifestando apenas a reconfiguração dos postos de trabalho entre os segmentos econômicos destacados.

Por sua vez, a Bahia apresenta uma contração das atividades industriais no período 1990-2000, caindo de 11,21% para 8,96%, mas recuperando-se no intervalo seguinte, com um valor de 10,49% em 2010. As atividades comerciais apresentam um comportamento crescente ao longo dos períodos, indo de 14,11%, em 1990, para 18,14%, em 2010. Já os setores de serviços à administração pública apresentam um desempenho análogo, com crescimento no intervalo 1990-2000, e decréscimo no período seguinte, com o segmento da administração pública registrando uma contração mais expressiva.

Em termos de desempenho comparado ao comportamento nacional, os três Estados apresentaram dinâmicas totalmente distintas durante o intervalo entre 1990 a 2010. No Estado do Ceará, os quatro setores analisados apresentaram taxas de crescimento superiores às suas médias nacionais, evidenciando a expansão destas atividades neste Estado. O maior destaque deve-se ao segmento industrial, com uma variação de 165% ao longo dos anos de 1990 a 2010. Estes dados podem ser visualizados na tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Natureza e Importância Relativa do Emprego Setorial no Ceará e no Brasil: 1990-2010

Setor	Ceará (%) 2010	Brasil (%) 2010	Q.L.	Varição no Brasil 1990-2010	Varição no Ceará 1990-2010
Indústria de Transformação	20.6	19.9	1.03	44.3	165.0
Comércio	17.2	21.2	0.81	181.4	235.4
Serviços	30.3	36.3	0.84	122.4	188.1
Administração Pública	31.8	22.6	1.41	86.9	104.8
Total	100.0	100.0	(1.00)	101.0	156.5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Apesar do crescimento significativo da indústria, o emprego urbano no Estado do Ceará ainda permanece concentrado na administração pública, conforme pode ser demonstrado através do percentual de 31,8% do emprego urbano total, e do Quociente locacional de 1,41. Isto porque valores acima de 1 (um) denotam setores com participação do setor no emprego da região está acima à participação do emprego do país como um todo. Assim sendo, a mão-de-obra industrial tem um nível de participação na composição do emprego urbano total levemente superior aos valores nacionais; enquanto comércio e serviços, embora com elevadas variações, tem uma participação menor no emprego estadual comparado as tendências nacionais.

Em relação à dinâmica de alocação do emprego nas diferentes setores econômicos, os resultados apontam a existência de uma alteração nos padrões de concentração do emprego ao longo dos períodos analisados. A variação regional do emprego (ou efeito deslocamento) mostra a diferença entre o crescimento real do emprego setorial dos Estados e o crescimento do emprego estadual caso eles tivessem o mesmo ritmo de crescimento do emprego nacional/regional. O efeito diferencial analisa a diferença entre o crescimento real do emprego setorial dos Estados e o crescimento do emprego setorial estadual caso este se comportasse de acordo com os padrões setoriais observados em termos nacionais/regionais. O efeito estrutural é a diferença entre os dois efeitos anteriores, representando as variações do crescimento do emprego estadual em relação aos parâmetros de crescimento do emprego em níveis nacionais/regionais.

A visualização dos indicadores obtidos pode ser visualizada nas tabelas 5 a 10 dispostas em anexo. A análise proposta esta subdivida em dois comparativos. No primeiro, a economia cearense tem seu comportamento mensurado em relação ao desempenho do Nordeste, enquanto que no segundo momento, a análise é feita em relação à dinâmica nacional.

Em relação ao decênio 1990-2000, os resultados mostram que todos os setores urbanos cearenses cresceram acima da média regional, com exceção à administração pública que reduziu sua participação na alocação de empregos. Em termos setoriais, a indústria e serviços locais concentraram mão-de-obra acima da média setorial regional, mostrando-se assim como os setores locais mais dinâmicos da economia cearense, ao passo que os segmentos de comércio e administração pública, que ficaram abaixo do desempenho obtido pela região, como pode observado nos parâmetros negativos do efeito diferencial. Destaca-se a magnitude do indicador referente à administração pública, que evidencia a perda de participação deste segmento na determinação do emprego urbano neste período.

Em relação ao decênio posterior, os dados apresentam uma redução do dinamismo do segmento industrial no estado, ratificando os resultados obtidos

a nível nacional, evidenciando uma clara desaceleração deste segmento no estado, como constata o efeito diferencial. Ou seja, tanto em termos regionais quanto em termos setoriais a indústria cearense apresentou contração, fenômeno este atribuído à recuperação do setor em outros estados da região, especialmente Bahia e Pernambuco. Comércio e serviços expressam crescimento do emprego de forma dominante no estado neste período. Contudo, há uma recuperação do emprego na administração pública neste período no Estado do Ceará, cujo setor local empregou acima da média setorial da região – num claro ato de ampliação da máquina pública no estado neste período.

No somatório dos períodos analisados, 1990-2010, os resultados novamente apresentam a economia cearense como sendo mais dinâmica do que o restante da economia regional, com forte destaque para o segmento comercial e de serviços, que apresentaram crescimento e maior variação de crescimento nas duas décadas avaliadas.

Os indicadores obtidos acerca deste período corroboram a dinâmica expressa nos períodos anteriores ao mostrar que a indústria, comércio e serviços foram aqueles que mais concentram emprego no estado, pois cresceram acima da média regional e da média setorial ao longo da série – apesar do indicador setorial do comércio ser timidamente positivo. Contudo, o emprego na administração pública local mostrou um comportamento variante dentro desta série, pois seu desempenho se mostrar inferior à média de crescimento do emprego regional, mas crescente em relação à média da administração pública em outros estados da região. Ou seja, a redução ocorrida no primeiro decênio fora recuperada nos anos posteriores, fazendo com que a administração pública local crescesse mais do que nos demais estados da Região Nordeste.

Quando comparado à média

setorial nacional, os segmentos cearenses mantiveram o crescimento expressivo, refletindo algumas tendências anteriormente observadas no comparativo regional. Os resultados apontam que se tem um efeito diferencial e estrutural positivos para quase todos os setores, indicando altos níveis de atividade e dinamismo, exceto para a administração pública.

Destarte estes resultados sugerem que a política de incentivos fiscais adotada pelo governo estadual atrelada ao enxugamento da máquina pública surtiu efeito, isto é, fizeram com que o emprego no Ceará nos demais setores apresentasse crescimento relativamente maior que o Brasil no mesmo período.

No período 2000-2010, a dinâmica do emprego no Ceará neste período é bem distinta da década anterior. Aqui, tem-se um efeito estrutural negativo, ou seja, a concentração do emprego foi em setores com menores taxas de crescimento destacando-se a administração pública e a indústria. Ou seja, estes dois setores apesarem de concentrar grande parcela da população empregada, não apresentaram dinamismo caracterizado por uma maior taxa de crescimento ou variação nos seus quadros de pessoal.

Assim, observa-se que a política de atração de investimentos com maior foco na indústria já não apresenta os mesmos resultados da década anterior. Possivelmente a entrada de outros estados na "guerra fiscal" reduziu os efeitos atrativos do Ceará para este setor. Desta forma, tem-se que o efeito positivo do crescimento regional do emprego no Ceará foi mais fortemente afetado pelo efeito diferencial.

Quando analisado de forma conjunta, os dados referentes aos dois decênios mostram resultados que ratificam as tendências observadas nas décadas separadas. Observa-se que entre 1990 e 2010 o Estado do Ceará apresentou a conjunção dos efeitos estrutural e diferencial positivo que fizeram com que o estado

apresentasse um efeito crescimento regional também positivo. Considerando este período, todos os setores contribuíram de forma positiva para o resultado final do emprego no Ceará comparativamente ao Brasil neste período, resultados constatados nos períodos 1990-2000 e 2000-2010. Este resultado significativo, contudo, é decomposto entre as décadas, onde o segmento industrial mostra-se extremamente dinâmico no primeiro decênio, enquanto os segmentos de comércio e de serviços apresentam maior variação na década seguinte. Por fim, o setor de administração pública, que se contrai num primeiro momento, apresenta indícios de crescimento no período seguinte.

5. Considerações finais

O desempenho da economia cearense no período recente vem mostrando como a mesma conseguiu ampliar sua capacidade de investimento através das políticas de estímulo implementadas pelo governo local, de forma mais intensa, a partir da década de 1980. A promoção de políticas públicas de caráter em segmentos estrategicamente definidos tem modificado as condições estruturais das economias do estado, reduzindo a participação dos setores primários e ampliando a presença de setores ligados aos setores secundários e terciários. Haja vista que estas atividades encontram-se nos núcleos urbanos, é possível inferir que há um processo de reconfiguração do emprego no estado, com um maior grau de atividades ligadas aos segmentos urbanos.

Analisando este processo, observa-se que há uma dinâmica que vem modificando, em função das políticas empregadas, as características do mercado de trabalho local. Dentro deste contexto, usou-se a metodologia da análise diferencial-estrutural para identificar padrões de comportamento dos setores da indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública. O emprego nestes setores representa valores

superiores a 80% da mão de obra do estado empregada de maneira formal, observado tendências de comportamento distintas por intervalos de tempo analisado.

Contudo na última década estes efeitos perdem força. O crescimento da indústria no Ceará apresenta uma expressiva contração, muito em função da recuperação industrial nos demais estados da Região Nordeste. Assim, em relação à indústria, podemos sugerir a eficácia da política de incentivos fiscais do governo cearense. As políticas de incentivo também promoveram estímulos para a ascensão dos setores de comércio e serviços, que cresceu de forma expressiva no estado. A ampliação da renda na região favoreceu a expansão do comércio – que foi amplamente estimulado pela inserção de grandes grupos atacadistas e varejistas. Já o setor de serviços expande-se, sobretudo, devido ao turismo e atividades de entretenimento.

Um aspecto marcante é a forte presença do emprego público na composição do emprego estadual total; pois se constatou que as taxas de crescimento deste setor são sempre maiores que as médias nacionais e setoriais nacionais. A dinâmica apresentada pelo segmento da administração pública pode ser indicio de que a chamada "máquina pública" esteja sendo ampliada.

Em termos gerais, conclui-se que as políticas de incentivos patrocinadas pelo governo estadual cearense obtiveram êxito em promover o dinamismo econômico, caracterizado aqui pelo crescimento, e consolidação, dos segmentos urbanos na determinação do volume de emprego estadual.

Referências

BANDEIRA, Robson Torres. SILVA NETA, Maria Enésia. Virgílio x Tasso: O mudancismo no Ceará. In: ENCONTRO ECONOMIA EM DEBATE. 9., 2008, Fortaleza. **Anais...** IPECE: Fortaleza, 2008.

FURTADO, C. M. . **O Brasil pós -“Migração”**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1981.

GOMES, G. M.; VERGOLINO J. R. O. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. (Texto para discussão Nº 100802); IPEA, 1995.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M.. Quem são e para onde vão os Migrantes no Brasil? O Perfil do Migrante Interno Brasileiro. In: ENCONTRO

NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, 2008.

JUSTO, W.R.; FERREIRA, R.A. Migração interestadual no Brasil: perfil do retornado – evidências para o período de 1998-2008. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 18., 2012, Lindóia. **Anais...** Lindóia, 2012.

PACHECO, Fabiana & SOUZA, Roberta Lourenço de. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. In: **Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, n. 107, p. 13-20, Abr. 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p107/03.pdf>. Acesso em: jul. 2008.

PONTES, Paulo Araújo; VIANNA, Pedro Jorge Ramos & HOLANDA, Marcos Costa. **A política de atração de investimentos industriais do Ceará: Uma análise do período 1995-2005**. Ceará: IPECE. (Texto para Discussão nº 26, dez. 2006).

VASCONCELOS, José Romeu de; ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt. **Ceará, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986 a 1996** – Brasília: IPEA. (Texto para Discussão nº 627, fev. 1999).

VASCONCELOS, José Romeu de, VERGOLINO, José Raimundo. **Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996** – Brasília: IPEA. (Texto para Discussão nº 628, fev.1999).

ANEXO

As tabelas a seguir apresentarão a seguinte relação: I – Indústria de Transformação, II – Comércio, III – Serviços, IV – Administração Pública.

Tabela 5 – Efeito Deslocamento do Emprego no Ceará em relação ao Nordeste: 1990-2000 (em mil)

Setor	Nordeste			Ceará			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2000	Var	1990	2000	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	603.6	585.1	-3.06	94.9	143.6	51.38	117.2	26.4	92.0	51.6	-25.2
II	415.1	628.7	51.45	62.5	93.3	49.26	77.2	16.1	94.6	-1.4	17.4
III	892.6	1177.4	31.91	128.1	191.8	49.71	158.2	33.5	169.0	22.8	10.7
IV	1259.8	1526.1	21.13	189.3	215.1	13.62	233.9	-18.8	229.3	-14.2	-4.5
Total	3171.1	3917.3	23.53	474.7	643.7	35.59	586.5	57.3	584.9	58.9	-1.6

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da RAIS.

Tabela 6 – Efeito Deslocamento do Emprego no Ceará em relação ao Nordeste: 2000-2010 (em mil)

Setor	Nordeste			Ceará			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	2000	2010	Var	2000	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	585.1	1052.4	79.9	143.6	251.4	75.0	259.9	-8.6	258.3	-6.9	-1.6
II	628.7	1368.5	117.7	93.3	209.5	124.7	168.8	40.8	197.5	12.1	28.7
III	1177.4	2181.3	85.3	191.8	369.1	92.5	347.1	22.0	355.3	13.8	8.2
IV	1526.1	2488.1	63.0	215.1	387.7	80.3	389.3	-1.6	350.7	37.0	-38.6
Total	3917.3	7090.3	81.00	643.7	1217.7	89.2	1165.1	52.6	1161.8	55.9	-3.4

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da RAIS.

Tabela 7 – Efeito Deslocamento do Emprego no Ceará em relação ao Nordeste: 1990-2010 (em mil)

Setor	Nordeste			Ceará			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2010	Var	1990	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	603.6	1052.4	79.9	94.9	251.4	75.04	212.1	39.3	165.4	86.0	-46.7
II	415.1	1368.5	117.7	62.5	209.5	124.71	139.7	69.9	201.8	7.8	62.1
III	892.6	2181.3	85.3	128.1	369.1	92.46	286.4	82.7	313.1	56.0	26.6
IV	1259.8	2488.1	63.0	189.3	387.7	80.25	423.3	-35.6	373.9	13.8	-49.4
Total	3171.1	7090.3	81.0	474.7	1217.7	89.16	1061.5	156.2	1054.1	163.6	-7.4

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da RAIS.

Tabela 8 - Efeito Deslocamento do Emprego no Ceará em relação ao Brasil: 1990-2000 (em mil)

Setor	Brasil			Ceará			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2000	Var	1990	2000	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	5464	4885	-10.6	94.9	143.6	51.4	114	29	128	15	14
II	2979	4252	42.7	62.5	93.3	49.3	75	18	83	10	8
III	6449	8640	33.9	128.1	191.8	49.7	154	38	171	20	17
IV	4773	5883	23.2	189.3	215.1	13.6	228	-13	192	23	-35
Total	19666	23660	20.3	474.7	643.7	35.6	571	73	575	68	4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Tabela 9 - Efeito Deslocamento do Emprego no Ceará em relação ao Brasil: 2000-2010 (em mil)

Setor	Brasil			Ceará			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	2000	2010	Var	2000	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	4885	7886	61.41	143.6	251.4	75.0	240	11	232	20	-8
II	4252	8382	97.15	93.3	209.5	124.7	156	54	184	26	28
III	8640	14345	66.02	191.8	369.1	92.5	320	49	318	51	-2
IV	5883	8923	51.69	215.1	387.7	80.3	359	28	326	61	-33
Total	23660	39536	67.10	643.7	1217.7	89.2	1076	142	1060	157	-15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Tabela 10 - Efeito Deslocamento do Emprego no Ceará em relação ao Brasil: 1990-2010 (em mil)

Setor	Brasil			Ceará			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2010	Var	1990	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	5464	7886	61.41	94.9	251.4	75.0	96	156	137	114	41
II	2979	8382	97.15	62.5	209.5	124.7	63	146	176	34	113
III	6449	14345	66.02	128.1	369.1	92.5	129	240	285	84	156
IV	4773	8923	51.69	189.3	387.7	80.3	191	196	354	34	163
Total	19666	39536	67.10	474.7	1217.7	89.2	479	738	951	266	472

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.